

CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

INEXIGIBILIDADE N°. 004/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 33/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE 05(CINCO) INSCRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO CONGRESSO DE GESTORESE LEGISLATIVOS - UVB 60 ANOS - DE 26 A 29 DE NOVEMBRO EM BRASÍLIA/DF.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| UNIDADE | PROGRAMA | ELEMENT O | FONTE |
|--------------------------|--|---|---|
| 01- CAMARA MUNICICPAL | 2.001- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVO S DA CÂMARA MUNICIPAL | 3.3.90.39.0 0 - OUTROS SERV. DE TERCEIRO S - PESSOA JURÍDICA | 15000000- RECURSOS NÃO VINCULADO S DE IMPOSTOS |

Modalidade: Contratação Direta - Inexigibilidade

Critério de Julgamento: Menor Valor

Fundamento Legal: artigo 74, inciso III, alínea "f da Lei Federal nº 14.133/21





CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

| | 33/2024 | | | | | |
|--------------------|--|-----|------------|--|--|--|
| | D | ATA | 04/11/2024 | | | |
| ÓRGÃO/SETOR: | Gabinete da Presidência - Câmara Municipal de Taperoá | | | | | |
| RESPONSÁVEL/CARGO: | JOCIARA DOS SANTOS DE JESUS | | | | | |
| ASSUNTO: | Contratação de 05(cinco) inscrições para participação do Congresso de Gestores e Legislativos - UVB 60 ANOS - de 26 A 29 de novembro em Brasília/DF. | | | | | |

visando à contratação do objeto adiante especificado.

OBJETO:

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO:

Faz necessária para atender a demanda da Câmara Municipal por se fazer presente e representada pelo seu Presidente no evento de âmbito nacional para aperfeiçoamento dos Parlamentares Municipalistas.

JUSTIFICAR A IMPORTÂNCIA DA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS NESTE MOMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE (CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE):

2. Justificativa da Necessidade da Contratação:

2.1 Necessidade, Relevância e Impacto:

A necessidade da contratação das inscrições para participação do Congresso de Gestores e Legislativos - UVB 60 ANOS - de 26 A 29 de novembro em Brasília/DF se justifica por proporcionar um espaço único para que líderes municipais compartilhem práticas inovadoras e estabeleçam parcerias estratégicas para aprimorar a administração local, trocar experiências e trazer novas ideias para o desenvolvimento sustentável e eficaz do município

O Congresso de Gestores e Legislativos proporciona os gestores, aprimorem seus conhecimentos e habilidades em temas inovadores da área, desenvolvam competências essenciais para atuarem de forma eficaz e proativa e contribuam para a melhoria dá gestão pública municipal.

Maior eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos:

- a. Otimização do uso dos recursos públicos;
- b. Prevenção de fraudes e erros;
- c. Redução de custos e desperdícios

Melhoria da transparência:

- a. Maior clareza e confiabilidade na gestão dos recursos públicos;
- b. Fortalecimento da responsabilidade dos gestores públicos.

Qualificação dos servidores:

- a. Aprimoramento de conhecimentos e habilidades na área de controladoria interna;
- b. Maior capacidade de atuação estratégica e proativa;
- c. Melhoria do desempenho profissional.

Outros benefícios:





CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

- a. Melhoria da governança pública;
- b. Fortalecimento do controle interno;
- c. Maior compliance com as normas e legislações;
- d. Redução de riscos;
- e. Aumento da produtividade;
- f. Melhoria da imagem da instituição.

2.2 Conveniência e Oportunidade:

Momento de mudanças e desafios na administração pública:

A administração pública brasileira está passando por um momento de mudanças e desafios, a necessidade de modernização e aprimoramento da gestão.

Disponibilidade de recursos orçamentários:

A Câmara Municipal possui recursos orçamentários disponíveis para a contratação das inscrições. O investimento para participação do Congresso de Gestores e Legislativos é um investimento no futuro da instituição, com retorno positivo a longo prazo.

Anexos:

- 1.Folder do curso
- 2. Currículo dos professores
- 3. Orçamento da inscrição

Diante do exposto, fica evidente a necessidade, relevância, impacto, benefícios e conveniência da contratação das inscrições do Congresso de Gestores e Legislativos - UVB 60 ANOS - de 26 A 29 de novembro em Brasília/DF. A capacitação é um investimento essencial para o futuro da Câmara Municipal de Taperoá, pois permitirá que a instituição esteja preparada para os desafios da fiscalização dos atos e procedimentos e possa oferecer serviços públicos de qualidade à população.

Informo que a despesa solicitada, o custo estimado e os recursos orçamentários correspondem aos adiante indicados.

| CUSTO ESTI | MA | DO DA CONTRATAÇÃO | O RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS | | | |
|---------------------------|----|---------------------------|--|--|--|--|
| NATUREZA OBRAS | | INDICAR VALOR ESTIMADO | DOTAÇÃO | INDICAR QUAIS 01- CAMARA MUNICICPAL | | |
| | | | UNIDADE | | | |
| SERVIÇOS DE ENGENHARIA | | | ATIVIDADE | 2.001- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL | | |
| SERVIÇOS | x | 3.735,00 | ELEMENTOS | 3390.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA | | |
| COMPRAS FO | | FONTE(S) | 15000000- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | | | |

Por ser relevante ao interesse público a contratação pretendida, informo ainda tudo que se segue indicado.

| PERÍODO ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO | REGIME DE EXECUÇÃO |
|-----------------------------------|--------------------|
|-----------------------------------|--------------------|



CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

| OCORRÊNCIA | | INDICAR PERÍODO | EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO (x) | | |
|-----------------|--|-----------------|------------------------------------|--|--|
| ÚNICO X EMPREIT | | | EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL () | | |
| | | | FORMA DE PAGAMENTO | | |
| ANUAL | | | À VISTA (x) | | |
| OUTROS | | | PARCELAS () | | |
| | | | OUTROS() | | |

DECLARAÇÃO

Declaramos que todos os itens indicados nessa justificativa e requisição de contratação:

- () constam no Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC).
- (x) NÃO constam no Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) e deverão ser submetidos posteriormente a autoridade máxima para autorização.

Submetemos à apreciação da autoridade ordenadora da despesa para os fins de direito.

Declaramos, para os devidos fins, ter conhecimento referente a Lei nº 14.133/2021, especialmente ao Art. 5° o que obriga a licitação a garantir a observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). E ainda, em especial ao artigo 45 que trata da licitação de serviços.

Encaminha-se ao Presidente da Câmara Municipal para:

I - Decidir motivadamente sobre o prosseguimento da contratação;

II - Designar os Agentes de Contratação e Fiscalização/Gestão de Contrato

Taperoá/Ba, 04 de novembro de 2024.

JOCIARA DOS SANTOS DE JESUS DIRETORA



HOME NOTICIAS QUEM SOMOS

SOMOS MARCHA DOS VEREADORES

CERTIDÕES

EVENTOS CAR

CARTEIRA DO VEREADOR

SERVIÇOS

DVB ANIMAI

FOTO

TROFÉU DESTAQUE

PALESTRAS

OPINIÃO

SEDE

FALE CONOSCO

TVUVB

PCI III III III II III III III

NOTICIAS

Lote

28/10/2024 - Encor

O QUE É?



CONGRESSO DE GESTORES E LEGISLATIVOS- UVB 60 ANOS - 26 A 29 DE NOVEMBRO

- 29/10/2024

Apresentação das Comemorações dos 60 Anos da Fundação da UVB

É com grande alegria e orgulho que anunciamos as comemorações dos 60 anos de fundação da União dos Vereadores do Brasil (UVB), uma trajetória de comprumisso e dedicação ao fortalecimiento do Poder Legislativo Municipal Brasileiro. Fundada em 16 de novembro de 1964, na cidado de Recife, Pernambuco, a UVB nasceu com o propósito de retunir e diganizar os vereadores de todo o Brasil, defendendo e promovendo o fórtalecimento da democracia em âmbito municipal. O Vereador e a base da democracia.

Congresso de Gestores e Legislativos Municipais

Para celebrar esta data tão significativa, realizaremos um evento especial, o Congresso de Gestores e Legislativos Municipais. As comemorações ocorrerão de 26 a 29 de novembro em Brasília, tendo como temá principal os 60 anos de fundação da UVB. Este congresso será uma oportunidade única para reunir vereadores(as), administradores, assessores, contadores, procuradores, técnicos e servidores de liámaras municipais de todo o país.

Programação e Organização

□ evento será organizado pela Plenaria Assessoria em parceria com a União dos Vereadores do Brasil – UVB, e será realizado no Clube da Aeronautica. A programação do congresso incluira palestras, debates, workshops e mesas-reidondas, proporcionando um espaço de aprendizado e troça de experiências sobre as melhores práticas legislativas e administrativas.

Ponto Alto das Comemorações

O ponto alto das comemorações sera o coquetel dos 60 anos, um momento de confraternização e celebração das conquistas da UVB ao largo de seis decadas de história. Durante o evento, teremos também a inauguração da galena dos presidentes, uma homenagem aos lideres que contribuiram para o fortalecimento o crescimento da entidade:

Convite

Cenvidamos todos os vereadores(as), administradores, assessores, contadores, procuradores, técnicos e servidores de câmaras municipais a participarem deste ovento histórico. Será uma excelente oportunidade para aprimorar conhecimentos, fontalecer laços a celebrar as conquistas que, juntos, alitangamos ao longo desses 60 anos.

Parabens a UVB pelos seus 60 anos de história e luta em defesa do legislativo municipal brasileiro! Vamos juntos comemorar esta data special e renovar nosso compromisso com um futuro ainda mais promissor para os legislativos municipais de todo o Brasil.

Contamos com a presença de lodos!

Local do Congresso: Clube da Aeronautica- SCEN tr. 1, lt. 1 (Asa Norte), Brasilia, DF, 70800-110

PROGRAMAÇÃO'

"Sujeita a alterações sem aviso prévio

Dia 26/11 - Terça - Feira

15h - Credenciamento e entrega de materiais

17h - Abertura Oficial

Dia 27/11 - Quarta - Feira

09h - Improbidade Administrativa

Dr Tommaso Leonardi, Promotor de Justiça, Ex- Delegado de Polícia, Pós-Graduado em Direito Anticomupção e Compilance e Professor em Cursos Jundicos

11h -Que Brasil salu das urnas?

https://uvbbrasil.com.br/?p=35535

Acesse em: https://e.tcm.ba.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documente: e2cb7bc9-16b7-45d3-bf14-2b309cdf5d30 Dia 29/11 - Sexta - Feira C3H - Encertainento SVI - Coquete to ano avoid ngh - Kacebčan Isrde opportis mad olevratrii - #81

posse como titular de ministro Amaldo Versiari. Empossado em 16 de abril de 2009. ocribar o cardo de ministro aneatrituto de Tribunal Superior Eletroral, brênio (2004 - 2011), na vaga reservada aos advogados antigra pala da Comissão Madanal de Relações Internadanais do Conselho Federal da OAB. Em 2009 foi esculhido pelo presidente da republica para Joslava Dies, Advogado radicado em Brasilia/DF, é formado em direiro pela UniCEUB, possus mestrado na Universidade Harvard. É membro

12h - Intervalo para almoço

13h30 - Processo Legislativo da Lei Orçamentária Anual

Bylvillor Falcac, Advogado e Consultor Juridico da União dos Vereadores do Brasil/UVB

14020- Otstotis bats Lideres Politicos

Education, pela IACT - International Alliance For Coaching e Training e pela ICTC - International Certification & Coaching palestrante e Coach certificado internacionalmente palo IQF - International Coach Federation no programa CCE - Confinuing Coaching Anderson Cous, ou simplesmente AG, como gosta de ser chamado, à professor de Oratóna ha mais de 20 anos, radialista ha mais de 15 anos,

15h- Legislação para Preservação dos Municipios/Paraiso

BZTI lieesig out? dxirl othrisal ob eluehisalit interes ecuperi

12hd5- Longevidade

Presidente de Unio dos Vereadores do Estado de São Paulo/UVESE

16h30- Segurança institucional nas Camaras Municipais

Sa. Cursando Pos Graduação em Gestin Pública Fabiano Martina Policial Legislativo da Câmata Municipal de Itapemirm (ES, Graduado em Segurança Pública pela universidade Estácio de

17h - Encerramento

Dia 28/11 - Quinta - Feira

09h - Mandato Inteligente: Gestão, Eliciencia e Reeleição

Como maximizar resultados, entregar valor o garantir uma conexão duradoura com os eleitoros.

Valor e coautor do intro Processo legislativo integral Professor mentor e palestrante. Servidor de carreira da Procuradona do Distrito Pederal Randerson Cirqueira è especasiista em Poder Lagialativo a Diratto Parlamentar. Estrategista de Mandato político, Autor do livro Mandato de

10h - A utilização do legislativo; inteligência artificial como aliada de cidades inteligentes no contexto de ESC e comption free

Barbara Krystlal Cratora de políticas DSP, com foco em controle e defese nacional, analista de inteligência antiterrorramo

11h - Legislativo Inteligente: Estratégias de Inteligência Artificial e Humana para deixar o seu Legado

raudo vez e voz aos gestores municipais. saberes de seu exienso cumiculo de 2 graduações, e 19 pos-graduações, transformando pessoas, ambientes e realidades, encorajando e Multifacetada, neuroalipica, broysdora, "Fora da Caixa", Especialista em Cristividade e Futuro, com teveza, ousadia e alegina, conecta os brasiletra. Coordanadora do Comité Mulheres da Governança na Rede Governança Brasil e co-autora do livro "Mulheres da Governança". enierlegia. conectando Camares Municipale a Senado Federal. Preminda com medalha de mento nos EUA por sua aluação na política Grecia: Presidente do EnGITEC - ILB | Interbegra | Senedo Federal e ha 15 anos lidera a Comunidada Legislativa de Termología e Inovação do Aloria Fernanda, conferenciata Internacional, Penta e Mentora, com palestras ministradas em diversos países como Estados. Egito e

17h - Mesa Redonda - O tamanho da parlicipação das Mulheres das Câmaras Municipais em 2025

Innoided oceangresso Nacional

I vue basa andipueda e visita lacrica ao Congresso Nacional

Certificado de Participação: Para receber o certificado de participação, será exigida a presença infralma 75% de frequencia

DECLICOSE: MAM HADDISSIL'COLLI DI

Publico Alvo: Vereadores(a), assessores, diretores, procuradores e servidores de camaras municipais; Prefeitos(a), vice-prefeitos, assessores, diretores, procuradores e servidores de prefeituras municipais, assim como, membros da sociedade civil interessados nos temas propestos





Realização/Organização: Plenária Assessoria/UVB UVB - União dos Vereadores do Brasil

« Artigo Anterior

Saiba os prazos que candidatos e partidos têm para apresentar prestação de contas final

Próximo Artigo »

Simpósio Nacional de Encerramento de Legislatura de 10 a 13 de dezembro em Porto Alegre/RS









XXIII Marcha dos Legislativos Municipais rcúne milhares de vercadores em Brasília e muitas autoridades nacionais











E-mail

Enviar

Copyright © 2016 . Todos os direitos reservados UVB

UVB - União dos Vereadores do Brasil

| State of the state | |
|--|--|
| Val | |
| NIRE (da se sede for em | |

Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

| NIRE | (da | sede | ou | filial, | quando | a |
|------|-------|------|-----|---------|--------|---|
| sede | for e | m ou | tra | UF) | | |

| Auxiliar do Comércio | | | |
|----------------------|--|--|--|
| | | | |
| | | | |

| 1 | - | REQUERIMENTO |
|---|---|--------------|
| | | |

PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS LTDA Nome:

| IRE (da sede ou filial, quando a de for em outra UF) Código da Na Jurídica 20 | | Natureza | Auxiliar do Comércio | | Acesse em: | Documento | | |
|---|------------------|------------------|----------------------|--|--------------------|--|-------------------------------------|-----------------------|
| - REC | UERIME | NTO | 1 | | | | | As |
| | | ILMO(A) | . SR.(A) F | PRESIDE | NTE DA Junta Co | mercial, Industrial e Serviços | s do Rio Grande do Sul | sinac |
| lome: | | | | | TAO DE EVENTOS LTI | | s.tcm | jo D |
| | | | | | r do Comércio) | = 1 | N° FCN/REMP | igita |
| equer a | V.Sª o def | erimento do | seguinte a | to: | | | nttps://e.tcm.ba.go <u>v.br/epp</u> | lmente por: |
| | CÓDIGO DO ATO | CÓDIGO DE EVENTO | | DESCRIC | ÃO DO ATO / EVENTO | 0 | RS2201900124016 | r: DE |
| | 002 | | | ALTERAC | | | a D | RI\ |
| | | 021 | 1 | ALTERAC | CAO DE DADOS (EXC | ETO NOME EMPRESARIAL) | oc.s | AL |
| | | 2211 | 1 | ALTERAC | CAO DE ENDERECO D | DENTRO DO MESMO MUNICIPIO | eam | 00 |
| | | 2003 | - 1 | ALTERAC | CAO DE SOCIO/ADMIN | NISTRADOR | Cá | MA |
| | | 2001 | 1 | ENTRAD | A DE SOCIO/ADMINIS | TRADOR | n Có d igo | RC |
| ^ | | | | NCANTAD Local 5 Julho 20 Data | | Nome: | esa / Agente Auxiliar do Comércio: | DS DE JESUS DOS SANTO |
| - USC | D DA JUN | TA COME! | 1 | NCANTAD Local 5 Julho 20 | oo. | Representante Legal da Empre Nome: Assinatura; | esa / Agente Auxiliar do Comércio: | do documento: e2cl |

| DECISÃO SINGULAR | | DECISÃO | COLEGIADA | | -16b7- |
|--|-------|--------------------------|--------------|--------------|--|
| Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s): | SIM | | | 2.743752 | so em Ordem decisão 45d3-bf14-2b309cdf5d30 |
| NÃO/_/ | NÃO | / / Data | Responsável | Res | sponsável • |
| DECISÃO SINGULAR ocesso em exigência. (Vide despacho em folha al rocesso deferido. Publique-se e arquive-se. Processo indeferido. Publique-se. | nexa) | 2 ⁸ Exigência | 3º Exigência | 4º Exigência | 5ª Exigência |
| | | | | // | Responsável |
| DECISÃO COLEGIADA Processo em exigência. (Vide despacho em folha al Processo deferido. Publique-se e arquive-se. Processo indeferido. Publique-se. | nexa) | 2ª Exigência | 3ª Exigência | 4º Exigência | 5° Exigência |
| // Data | - | Vogal | Vogal | | Vogal |
| | | Presidente da | Turma | | |





JUNTA COMERC RI

Regis

| CIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS IO GRANDE DO SUL | DO4 |
|---|-------|
| istro Digital | Do Ac |

| Identificação do Pro | ocesso | |
|----------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
| 19/251.466-1 | RS2201900124016 | 21/06/2019 |
| Identificação do(s) | Assinante(s) | |
| CPF | Nome | |
| 974.299.960-00 | FERNANDO RADAELLI | |
| | | • |
| | | |

Página 1 de 1





ALTERAÇÃO CONTRATUAL N°01 PLENÁRIA ASSESSORIA E GESTÃO DE EVENTOS LTDA

JOÃO CARLOS SALINI, CPF - 417.559.870-72, brasileiro, casado sob regime de Comunhão Parcial de Bens, nascido no dia 05 de janeiro de 1966, empresário, * portador da Cédula de Identidade nº 2039921231, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliado na Rua Liberato Salzano Vieira da Cunha, nº 779, Bairro Planalto, na Cidade de Encantado/RS, CEP: 95960-000, representado pela sua procuradora VĀNIA MARIA SLEIFER, CPF - 613.209.940-91, brasileira, casada sob regime de Comunhão Parcial de Bens, nascida em 02 de Janeiro de 1969 na Cidade de Encantado/RS, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 1035974623, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliada na Rua Liberato Salzano Vieira da Cunha, n° 779, Bairro Planalto, na Cidade de Encantado/RS, CEP: 95960-000 ; e VÂNIA MARIA SLEIFER, CPF - 613.209.940-91, brasileira, casada sob regime de Comunhão Parcial de Bens, nascida em 02 de Janeiro de 1969 na Cidade de Encantado/RS, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 1035974623, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliada na Rua Liberato Salzano Vieira da Cunha, n° 779, Bairro Planalto, na Cidade de Encantado/RS, CEP: 95960-000, únicos sócios da empresa PLENÁRIA ASSESSORIA E GESTÃO DE EVENTOS LTDA, com sede na Rua 4 Liberato Salzano Vieira da Cunha, nº 779, Bairro Planalto, na Cidade de CEP: 95960-000, inscrita no CNPJ sob n° 18.336.780/0001-00, constituída conforme contrato social arquivado na M.M. Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob nº 43207411307 em 19.06.2013, resolvem de comum acordo, promover a alteração, sob as seguintes cláusulas e condições:

i

A sociedade transfere sua sede e domicílio para a Rua Júlio de Castilhos, nº1233, Sala 403, Bairro Centro, na Cidade de Encantado-RS, CEP: 95960-000.

1

O Socio João CARLOS SALINI retira-se da sociedade vendendo e transferindo 45.000 (Quarenta e cinco mil quotas) de capital social que possui na empresa no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais) para o sócio FERNANDO RADAELLI CPF - 974.299.960-00, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 05 de Outubro de 1980, empresário, portadora da Cédula de Identidade nº5075049402, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliada na Rua Riachuelo, nº291, Apto 304, Bairro Centro, na Cidade de Porto Alegre/RS, CEP: 90010-273 o qual recebe da alienante no prazo de 90 dias, em moeda corrente nacional e é admitido na empresa. A sócia VANIA MARIA SLEIFER retira-se da sociedade vendendo e transferindo 5.000 (Cinco mil quotas) de capital social que possui na empresa no valor de R\$ 5.000,00(Cinco mil reais) para o sócio FLAVIO ANDRE BARCELLOS SIQUEIRA, CPF -660.706.510-49, brasileiro, solteiro, maior, empresário, nascido no dia 25 de Agosto de 1970, portador da

PLANALTO CONZATTI CONTABILIDADE LTDA- Fone 51 3751.1893 - www.conzatti.com.br





Cédula de Identidade nº1040283812, expedida pela SJS/RS, residente e domiciliado na Rua Liborio Muller, nº 390, Bairro Santos Dumont, na Cidade de São Leopoldo/RS, CEP: 93115-110 o qual recebe da alienante plena e geral quitação pelos valores ora pagos nesta data, em moeda corrente nacional e é admitido na empresa.

111

O capital social da empresa permanece inalterado, ficando assim distribuído entre os sócios:

| FERNANDO RADAELLI4 | 5.000 | QUOTASR\$ | 45.000,0090,00% |
|---------------------------------|-------|-----------|-------------------|
| FLAVIO ANDRE BARCELLOS SIQUEIRA | 5.000 | QUOTASR\$ | 5.000,0010,00% |
| TOTAL5 | 0.000 | QUOTASR\$ | 50,000,00,100,00% |

IV

A administração da sociedade caberá o sócio **FERNANDO RADAELLI**, com poderes e atribuições de representação ativa e passiva da sociedade, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado o uso da razão social em negócios estranhos aos fins sociais.

V

Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do Inventário, do Balanço Patrimonial e do Balanço de Resultado Económico, facultado o levantamento de balanços mensais.

Parágrafo Primeiro: Os lucros e os prejuízos serão rateados entre os sócios na proporção de suas respectivas participações no Capital Social.

Parágrafo segundo: Os sócios poderão promover a distribuição de lucros, em qualquer época, com base no último balancete mensal, desde que existentes fundos disponíveis na sociedade.

VI

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública e propriedade.

PLANALTO CONZATTI CONTABILIDADE LTDA- Fone 51 3751.1893 - www.conzatti.com.br







VII

Fica eleito o Foro da Comarca de Encantado-RS para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

VIII

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam a presente Alteração em 01 (uma) vias, obrigando-se a bem e fielmente cumpri-lo.

Encantado/RS, 01 de Junho de 2019.

| VÂNIA MARIA SLEIFER | JOÃO CARLOS SALINI |
|---------------------|----------------------------------|
| | PROCURADORA: VÂNIA MARIA SLEIFER |
| FERNANDO RADAFILI | FLAVIO ANDRE BARCELLOS SIQUEIRA |

PLANALTO CONZATTI CONTABILIDADE LTDA- Fone 51 3751.1893 - www.conzatti.com.br





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

| Identificação do Pro | cesso | |
|----------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
| 19/251.466-1 | RS2201900124016 | 21/06/2019 |

| Identificação do Pro | ocesso | |
|----------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
| 19/251.466-1 | RS2201900124016 | 21/06/2019 |
| Identificação do(s) | Assinante(s) | |
| CPF | Nome | |
| 974.299.960-00 | FERNANDO RADAELLI | |
| 660.706.510-49 | FLAVIO ANDRE BARCELLOS SIQUEIRA | |
| 613.209.940-91 | VANIA MARIA SLEIFER | |
| | | A |





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM Governo do Estado do Rio Grande Do Sul Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul



Documento Assinado Digitalmente por: DERIVALDO MARCOS DE JESUS DOS SANTOS LISBOA - 07/01/2025 20:56:23

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS LTDA, de nire 4320741130-7 e protocolado sob o número 19/251.466-1 em 11/07/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 5086186, em 16/07/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Gustavo Giacomolli Pitol.

Assina o registro, mediante certificado digital, o Secretário-Geral, Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (http://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

| | Assinante(s) |
|----------------|-------------------|
| CPF | Nome |
| 974.299.960-00 | FERNANDO RADAELLI |

Documento Principal

| | Assinante(s) |
|----------------|---------------------------------|
| CPF | Nome |
| 974.299.960-00 | FERNANDO RADAELLI |
| 613.209.940-91 | VANIA MARIA SLEIFER |
| 660.706.510-49 | FLAVIO ANDRE BARCELLOS SIQUEIRA |

Porto Alegre. Terça-feira, 16 de Julho de 2019

Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves: 19310781068







JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO

RIO GRANDE DO SUL Registro Digital

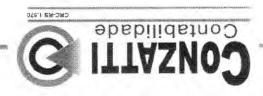


O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

| Identificação do(s | s) Assinante(s) | |
|--------------------|-------------------------------------|--|
| CPF | Nome | |
| 033.042.010-09 | GUSTAVO GIACOMOLLI PITOL | |
| 193.107.810-68 | CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES | |

Porto Alegre. Terça-feira, 16 de Julho de 2019





CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE

EMPRESARIAL LTDA

JOÃO CARLOS SALINI, CPF - 417.559.870-72, brasileiro, casado sob regime de Comunhão Parcial de Bens, nascido no dia 05 de janeiro de 1966, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 2039921231, expedida cunha, nº 779, Bairro Planalto, na Cidade de Encantado/RS, CEP: 95960-000; e VÂNIA MARIA SLEIFER, CPF - 613.209.940-91, brasileira, casada sob regime de Comunhão Parcial de Bens, nascida em 02 de Janeiro de Identidade nº 1035974623, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliada de Cidade de Encantado/RS, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 1035974623, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliada de Cidade de Encantado/RS, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 1035974623, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliada de Comunhão Parcial de Bens, nascida em 02 de Janeiro de Identidade nº 1035974623, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliada de Comunhão Parcial de Encantado/RS, cep; 95960-000; resolvem de Comunha acordo de Constituirem uma sociedade limitada, e o fazem mediante as sequintes constituirem uma sociedade limitada, e o fazem mediante as sequintes aconstituirem uma sociedade limitada, e o fazem mediante as sequintes

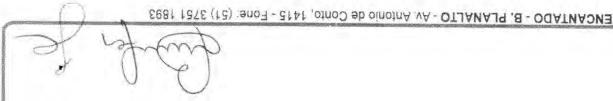
I

A sociedade girará sob o nome empresarial de **PLENÁRIA ASSESSORIA E CESTÃO DE EVENTOS LTDA** e terá sede e domicílio na Rua Liberato Salzano Vielra da Cunha, n° 779, Bairro Planalto, na Cidade de Encantado/RS, CEP: 95960-000 (art.997, II, CC/2002).

II

O capital social será de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) divididos em 50.000(cinquenta mil) quotas no vaior nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo totalmente integralizados, em moeda corrente nacional nesta data, ficando assim distribuidos entre os sócios:

| %00'06 | 45.000,000.24 | \$A SATOUQ | 45.000 | ·········INITAS | SOTHAN OAOL |
|--------|---------------|------------|--------|-----------------|-------------|
| | | | | STEILER | |
| | | | | ********** | |







O objeto social da sociedade será PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EVENTOS.

IV

A sociedade iniciará suas atividades em 03 DE JUNHO DE 2013, e seu prazo de duração é indeterminado.(art.997, II, CC/2002).

V

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realiza a cessão delas, a alteração contratual pertinente.(art.1.056, art.1.057, CC/2002).

VI

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização da capital social.(art.1.052, CC/2002).

VII

A administração da sociedade será exercida pelo sócio João CARLOS SALINI, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva da sociedade, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado o uso da razão social em negócios estranhos aos fins sociais. (art. 997, VI; 1.013; 1.015 e 1.064, CC/2002).

VIII

Ao termino de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do Inventário, do Balanço Patrimonial e do Balanço de Resultado Econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os jucros ou perdas apurados.(art.1.065, CC/2002).

Parágrafo Primeiro: Os lucros e os prejuizos serão rateados entre os socios na proporção de suas respectivas participações no Capital Social.

3761 1893

Parágrafo Segundo: Os sócios poderão promover a distribuição de luctos, em qualquer época, com base no último balancete mensal, desde que existentes fundos disponíveis na sociedade.

XI

Nos qualro meses seguintes a término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas da administração, designação/destituição, de administradores, modo de remuneração, alteração contratual, fusão, cisão e incorporação, pedido de concordata, distribuição de lucros, e outros assuntos de interesse da sociedade, quando for o caso, (art.1.071 e 1.072, paragrato 2° e art.1.078, CC/2002).

Parágrato Primeiro: A reunião dos sócios será realizada em qualquer época, mediante convocação dos administradores ou sócio.

Parágrafo Segundo: As deliberações serão aprovadas por três quartos do quórum.

X

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinado por todos os sócios.

IX

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de Pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

XII

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará com suas atividades com os herdeiros, sucessores e incapazes. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que se resolva em relação a seu sócio.(art.1.028, e art.1.031, CC/2002)

SORT TEXES





O administrador declara sob sa penas úa lei, de que não esta impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os eleitos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra ou suborno, linanceiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fê pública e propriedade.

TIIX

VIX

Fica eleito o Foro da Comarca de Encantado/RS para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de iqual teor e forma.

Encantado/RS, 03 de Junho de 2013.

· INIJAE SOLASO OÃOU

CHINIY COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL)

CERTIFICO O REGISTRO EM: 19/06/2013 SOB Nº: 43207411307

Protocolo: 13/174503-4, DE 12/06/2013

- CATES A ALMASSES SISANA. AUTI POSKEYA AN

*-

JOSÉ TADEU JACOBY SECRETÁRIO-GERAL

VANIA MARIA SLEIFER



QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO SENATRAN

 DOC, IDENTIDADE/ONG EMISSOR/UF
1040283812 SJS/II RS

CPF
660.706.810-49 25/08/1970

FILAÇÃO
JOSE ADAIR SIQUEIRA

MARIA TERSZINHA DÁ S BARCEL
LIJS

1+HABILITAÇÃO — 24/06/1994

BZH

960885493

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

02/12/2019

ASSINADO DIGITALMENTE

40544421168 RS228456576

RIO GRANDE DO SUL

DENATRAN

CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO/SENATRAN





DECLARAÇÃO

A PLENÁRIA ASSESSORIA E GESTÃO DE EVENTOS LTDA, com sede em Encantado/RS, localizada na Rua Júlio de Castilhos, número 1233, Sala 403, Bairro centro, CEP 95960-000, inscrita no CNPJ nº 18.336.780/0001-00, neste ato representada por seu Sócio Administrador FERNANDO RADAELLI, declara para os devidos fins, que, sob as penas da lei, que possui notória especialização para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, nos termos do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/21, sendo, portanto, sua contratação enquadrada na modalidade inexigibilidade de licitação. Corrobora para tanto a vasta lista de palestrantes, painelistas e conferencistas de nível nacional presentes em seu casting de eventos.

Por ser expressão da verdade, firmo e assino o presente.

PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS DE EVENTOS LTDA:18336780000100 LTDA:18336780000100

Assinado de forma digital por PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO Dados: 2024.07.09 09:41:05 -03'00'

FERNANDO RADAELLI

Sócio Administrador



Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

18.336.780/0001-00

Razão Social:

PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS

Endereço:

RUA JULIO DE CASTILHOS 1233 SALA 403 / CENTRO / ENCANTADO / RS /

95960-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:01/10/2024 a 30/10/2024

Certificação Número: 2024100119542066061729

Informação obtida em 09/10/2024 14:50:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul é expedida a presente certidão por não constar distribuição de ação cível em tramitação contra a seguinte parte interessada:

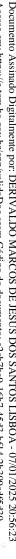
PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS LTDA, CNPJ 18336780000100, Endereço - RUA JULIO DE CASTILHOS, NUMERO 1233 - SALA 403, B. CENTRO.

17 de outubro de 2024, às 13:44:04

OBSERVAÇÕES:

A aceitação desta certidão está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço http://www.tjrs.jus.br, menu Processos e Serviços / Serviços Processuais / Emissão de Antecedentes e Certidões, informando o seguinte código de controle: 5d5c8e2071f73e347d26ead8d603dd3a

Importante: Esta certidão possui validade de 90 dias a partir da data de sua emissão.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Município De Encantado SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA Certidão Negativa de Débitos - Geral

Certidão Ano/Número: 2024/3850

Dados do Contribuinte

Razão Social:

PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS

CNPJ:

18.336.780/0001-00

Endereço:

RUA JULIO DE CASTILHOS, 1233

Complemento:

SL 403

Bairro:

BAIRRO CENTRO

Cidade:

ENCANTADO

Estado:

RS

CEP:

95960-000

É CERTIFICADO, para fins de direito, que inexistem débitos com a Secretaria Municipal da Fazenda em relação ao contribuinte acima identificado, até a presente data, por qualquer título, ressalvado o direito da Secretaria Municipal da Fazenda cobrar qualquer dívida, ou importância, que venha a ser apurada ou considerada devida.

A SUA VALIDADE ESTÁ CONDICIONADA A VERIFICAÇÃO NA INTERNET, NO SITE www. encantado-rs.com.br (portal Prefeitura 24 horas), OU NA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA DE ENCANTADO-RS

Dígito Verificador: 7543

Certidão emitida em: 07/06/2024

Com validade até: 04/12/2024

Data impressão:07/06/2024 - 16:22



ALVARÁ DE FOLHA CORRIDA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedido o presente alvará de folha corrida por não constar condenação criminal com trânsito em julgado ou pena ativa contra a seguinte parte interessada:

FERNANDO RADAELLI, Brasileiro, Solteiro, RG 5075049402 / SJS - RS, CPF 97429996000, filho de ZELITA REGINA RADAELLI, nascido em 05/10/1980, Endereço - RUA JULIO DE CASTILHOS, NUMERO 1233 - SALA 403, B. CENTRO.

17 de outubro de 2024, às 13:55:29

OBSERVAÇÕES:

A aceitação deste alvará está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço http://www.tjrs.jus.br, menu Processos e Serviços / Serviços Processuais / Emissão de Antecedentes e Certidões, informando o seguinte código de controle: 70b271244250918f8d8e68069ad9cbc9

Importante: Esta certidão possui validade de 90 dias a partir da data de sua emissão.







Declaração para Dispensa da Retenção de Tributos Federais

PLENÁRIA ASSESSORIA E GESTÃO DE EVENTOS LTDA, com sede na Rua Júlio deCastilhos, 1233, Sala 403, Centro, Encantado/RS inscrita no CNPJ sob o nº 18.336.780/0001-00 DECLARA para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, que se enquadra no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

De acordo com o § 3º do artigo 4º da Lei nº 14.148, de 2021, parágrafo incluído pela Medida Provisória nº 1.147, de 2022, a partir de 21/12/2022 fica dispensada a retenção do IRPJ, da CSLL, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins quando o pagamento ou o crédito se referir a receitas desoneradas na forma do artigo 4º da referida lei, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - Perse.

Encantado, 18 de junho de 2024.

PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS

Assinado de forma digital por PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS LTDA:18336780000100 LTDA:18336780000100 Dados: 2024.06.18 16:27:49 -03'00'

FERNANDO RADAELLI 974.299.960-00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Município De Encantado SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA Certidão Negativa de Débitos - Geral

Certidão Ano/Número: 2024/3850

Dados do Contribuinte

Razão Social:

PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS

CNPJ:

18.336.780/0001-00

Endereço:

RUA JULIO DE CASTILHOS, 1233

Complemento:

SL 403

Bairro:

BAIRRO CENTRO

Cidade:

ENCANTADO

Estado:

RS

CEP:

95960-000

É CERTIFICADO, para fins de direito, que inexistem débitos com a Secretaria Municipal da Fazenda em relação ao contribuinte acima identificado, até a presente data, por qualquer título, ressalvado o direito da Secretaria Municipal da Fazenda cobrar qualquer dívida, ou importância, que venha a ser apurada ou considerada devida.

A SUA VALIDADE ESTÁ CONDICIONADA A VERIFICAÇÃO NA INTERNET, NO SITE www. encantado-rs.com.br (portal Prefeitura 24 horas), OU NA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA DE ENCANTADO-RS

Dígito Verificador: 7543

Certidão emitida em: 07/06/2024

Com validade até: 04/12/2024

Data impressão:07/06/2024 - 16:22





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS LTDA (MATRIZ E

FILIAIS)

CNPJ: 18.336.780/0001-00 Certidão nº: 72482731/2024

Expedição: 21/10/2024, às 10:17:11

Validade: 19/04/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **18.336.780/0001-00**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

DECLARAÇÃO

OBJETO RESUMIDO:

A empresa PLENARIA ASSESSORIA E GESTÃO DE EVENTOS, inscrita no CNPJ sob nº 18336780000100, estabelecida na Rua Júlio de Castilhos, 1233 sl403, por intermédio de seu(ua) representante legal Srº(a). Fernando Radaelli, brasileiro(a), maior, capaz, residente e domiciliado(a) Rua Riachuelo ,291 em Porto Alegre - RS estado civil solteiro, profissão empresário, portador(a) da RG nº 5075049402 e do CPF nº 97429996000, DECLARA, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e:

- (X) Não emprega menor de dezesseis anos.
- () Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Porto Alegre, 29 de maio de 2024

PLENARIA ASSESSORIA PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO E GESTAO DE EVENTOS

Assinado de forma digital por **DE EVENTOS** LTDA:18336780000100

LTDA:18336780000100 Dados: 2024.06.03 13:12:23

-03'00'

Fernando Radaelli



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DA FAZENDA RECEITA ESTADUAL



CNPJ:

18.336.780/0001-00

Certificamos que, aos 18 dias do mês de OUTUBRO do ano de 2024, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Observações: Nada Consta

O nome do titular do CPF/CNPJ não consta nos bancos de dados da Secretaria da Fazenda. Se necessário, solidite documento de identificação.

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP n° 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão NÃO comprova a quitação:

- a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual Lei nº 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até 16/12/2024

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão nº: 31031237 Autenticação: 41350426







CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS LTDA

CNPJ: 18.336.780/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://rfb.gov.br ou http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 10:16:00 do dia 18/10/2024 <hora e data de Brasília>. Válida até 16/04/2025.

Código de controle da certidão: 4594.D8D3.461B.D8BE Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MUNICÍPIO DE ENCANTADO

Setor Fiscalização Tributária

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFSe Código de Verificação Data/Hora da Emissão A autenticidade desta nota pode ser confirmada em: 03/12/2024 - 11:24:01 169B6010.402B832A http://encantado.nfse-tecnos.com.br Número da Nota Natureza da Operação Local da Incidência do Imposto 2601 ENCANTADO - RS Exigivel



Prestador do serviço

Nome Fantasia Endereço Bairro

Cidade Cep E-mail

Prestador de Serviços PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS

contato@plenarias.com.br Tomador de Serviço

RUA JULIO DE CASTILHOS, 1233, SL 403

Cpf/Cnpi BAIRRO CENTRO ENCANTADO - RS - BRASIL

Insc. Mun.

18.336.780/0001-00

69378

Telefone/Celular (51)111111111

Tomador do serviço CPF/CNPJ

Endereço

Bairro

Cidade Cep

CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS 13.252.234/0001-78 TR XV DE NOVEMBRO,58

95960-000

CENTRO

00445-705

SANTO ANTONIO DE JESUS - BA - BRASIL

Inscrição Estadual

Telefone

0000000000

| Discri | minação do Se | rviço | | | | |
|---|---------------|----------|-----------|------------|--------|---------|
| Descrição da atividade | Valor | Deduções | Descontos | B. Cálculo | (%) | Tributo |
| 17.10 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres. | 1.494,00 | 0,00 | 0,00 | 1.494,00 | 2,5000 | 37,35 |

Detalhamento da Atividade

17.10

CONGRESSO UVB 60 ANOS DE 26 A 29/11/24 EM BRASÍLIA-DF 65980 MICHELLE SILVA CERQUEIRA 11714 JOSÉ AILTON SANTANA ALMEIDA

| Serviços (R\$) | Desconto(R\$) | Desconto Cond.(R | | Base Calculo(R\$) | valor do 155(K\$) | Liquido(R\$) |
|-------------------|---------------|-----------------------|---------------|-------------------|-------------------|--------------|
| 1.494,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.494,00 | 37,35 | 1.494,00 |
| | | VALOR | BRUTO DA NOTA | = R\$ 1.494,00 | | |
| | | | Retenções | | | |
| Base Cálculo(R\$) | PIS(R\$) | C | ofins(R\$) | C.S.L.L(R\$) | IRRF | (R\$) |
| 1.494,00 |) | 0,00 | 0,00 | 0,0 | 00 | 0,00 |
| INSS(R\$) | . / | Outras Retenções(R\$) | ISS Re | etido (R\$) | Liquido da N | ota(R\$) |

Outras Informações

- Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei nº 3.327/2010 e 4.162/2015
- Data de vencimento do ISS desta NFS-e: 20/01/2025
- Esta nota equivale ao RPS nº 2601, emitido em 03/12/2024 11:24:01
- Data do Fato Gerador desta Nota: 03/12/2024
- Emitido por ISS Váriavel.
- Valor aproximado do tributo federal R\$ 200.94(13.45%), estadual R\$ 0.00 (0.00%) e municipal R\$ 68.87 (4.61%), com base na Lei 12.741/2012 e no Decreto 8.264/2014 - Fonte:IBPT.



| 1/2/2024 - 11:24:01. TOMADOR: CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS. VALOR TOTAL DA NOTA: R\$ 1,494,00 | 2601 |
|---|---------------------|
| NTIFICADOR E ASSINATURA DO RECEBEDOR | DATA DO RECEBIMENTO |





MUNICÍPIO DE ENCANTADO

Setor Fiscalização Tributária

Data/Hora da Emissão NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFSe Código de Verificação A autenticidade desta nota pode ser confirmada em: 05/11/2024 - 10:46:18 888E9503.998E5020 http://encantado.nfse-tecnos.com.br Número da Nota Natureza da Operação Local da Incidência do Imposto 2257 Exigivel **ENCANTADO - RS**



Prestador do serviço Nome Fantasia Endereço Rairro

95960-000

RUA JULIO DE CASTILHOS, 1233, SL 403 Cpf/Cnpj BAIRRO CENTRO ENCANTADO - RS - BRASIL

Insc. Mun. Telefone/Celular

18.336.780/0001-00 69378

(51)111111111

contato@plenarias.com.br Tomador de Serviço

Tomador do serviço CPF/CNPJ Endereço Bairro

CAMARA MUNICIPAL DE URUPA

63.789.416/0001-50

Cidade Cep

E-mail

RUA OTAVIO PEDRO DE OLIVEIRA C. AV. MOACIR DE PAULA VIEIRA, SN

ALTO ALEGRE URUPA - RO - BRASIL

00769-290

Inscrição Estadual

6934132274

Cep E-mail

Cidade

cmurupa@hotmail.com

Telefone

| Discri | Discriminação do Serviço | | | | | | |
|---|--------------------------|----------|-----------|------------|--------|---------|--|
| Descrição da atividade | Valor | Deduções | Descontos | B. Cálculo | (%) | Tributo | |
| 17.10 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres. | 7.470,00 | 0,00 | 0,00 | 7.470,00 | 2,5000 | 186,75 | |

Detalhamento da Atividade

17.10

CONGRESSO UVB 60 ANOS DE 26 A 29/11/24 EM BRASÍLIA-DF

62408 José Josias dos Santos 60991 Ademilson Antônio da Silva 62341 VANDERLEI GALDINO ALVES 62346 GILMAR GOMES DOS SANTOS 62407 GILMAR GUSMÃO 60990 Genivaldo Cavalcante

65918 TAIANE LOPES PEREIRA 60994 José Flávio Gomes 62343 ANTONIO PEREIRA NUNES 62405 WESLEY CARLOS DE FRANÇA

| Serviços (R\$) | Desconto(R\$) | Desconto Cond.(R\$ | Dedução(R\$) | Base Calculo(R\$) | valor do ISS(R\$) | Liquido(R\$) | |
|-------------------|-------------------------------|--------------------|----------------|-------------------|----------------------|--------------|--|
| 7.470,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.470,00 | 186,75 | 7.470,00 | |
| | | VALOR B | RUTO DA NOTA | = R\$ 7.470,00 | | | |
| | | | Retenções | | | | |
| Base Cálculo(R\$) | PIS(R\$) | PIS(R\$) Co | | C.S.L.L(R\$) | JRRF(| IRRF(R\$) | |
| 7.470,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,0 | 00 | 0,00 | |
| INSS(R\$) | SS(R\$) Outras Retenções(R\$) | | ISS Re | tido (R\$) | Líquido da Nota(R\$) | | |
| 0,00 | | 0,00 | | 0,00 | 7.470,00 | | |
| | | 1-04/2010 | 20.70 00.023.0 | | | | |

Outras Informações

- Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei nº 3.327/2010 e 4.162/2015
- Data de vencimento do ISS desta NFS-e: 20/12/2024
- Esta nota equivale ao RPS nº 2257, emitido em 05/11/2024 10:46:18
- Data do Fato Gerador desta Nota: 05/11/2024
- Emitido por ISS Váriavel.
- Valor aproximado do tributo federal R\$ 1004.72(13.45%), estadual R\$ 0.00 (0.00%) e municipal R\$ 344.37 (4.61%), com base na Lei 12.741/2012 e no Decreto 8.264/2014 - Fonte: IBPT.



RECEBEMOS DE PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS OS SERVICOS DA NES-E INDICADA AO LADO. EMISSÃO: 05/11/2024 - 10:46;18. TOMADOR: CAMARA MUNICIPAL DE URUPA. VALOR TOTAL DA NOTA: R\$ 7,470,00 2257 IDENTIFICADOR E ASSINATURA DO RECEBEDOR DATA DO RECEBIMENTO





CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

Autue-se,

Autorizo o andamento do presente processo administrativo.

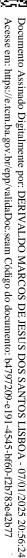
Retorne-se a Diretoria para obtenção das propostas de preços.

Após verificação do preço de mercado, determino o prosseguimento do presente procedimento.

Atenciosamente.

Taperoá/Ba, 04 de novembro de 2024.

DERIVALDO MARCOS DE JESUS DOS SANTOS LISBOA Presidente da Câmara





CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com



CERTIDÃO DE AUTUAÇÃO

Autua-se o presente Processo Administrativo o qual se atribuo o nº 33/2024.

Faço remessa para as providências de estilo.

Taperoá/Ba, 04 de novembro de 2024.

JOCIARA DOS SANTOS DE JESUS DIRETORA





CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com



PROCESSO ADMINISTRATIVO N°33/2024 INFORMATIVO DA DIRETORIA

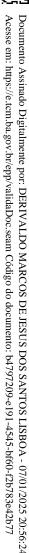
Informa-se:

1. Não há contrato vigente para a execução do objeto;

2. Há necessidade da Contratação de 05(cinco) inscrições para participação do Congresso de Gestores e Legislativos - UVB 60 ANOS - de 26 A 29 de novembro em Brasília/DF para atendimento das necessidades institucionais da Câmara Municipal e aperfeiçoamento dos Parlamentares Municipalistas.

Taperoá/Ba, 04 de novembro de 2024.

JOCIARA DOS SANTOS DE JESUS DIRETORA





CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 33/2024

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA Nº 33/2024

DECISÃO ACERCA DO PROSSEGUIMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1. Sobre a DFD acima referenciada, determina-se a atuação do procedimento;
- 2. Acerca do prosseguimento da demanda, decide-se: (obs. Marcar com o X).
- a) (x) Aprovar o prosseguimento da contratação, considerando sua relevância e oportunidade em relação aos objetivos estratégicos e as necessidades da Área Requisitante.
- b) () Aprovar parcialmente o prosseguimento da contratação, considerando sua relevância e oportunidade em relação aos objetivos estratégicos e as necessidades da Área Requisitante, sendo necessário os ajustes elencados em documento anexo.
- c) () Reprovar o prosseguimento da contratação conforme justificativas elencadas em documento anexo.

DERIVALDO MARCOS DE JESUS DOS SANTOS LISBOA



CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Benefícios Esperados:

A participação dos servidores no curso proporcionará diversos benefícios à Câmara Municipal, como:

Melhoria da governança pública

- a. Fortalecimento da gestão de riscos;
- b. Aprimoramento dos processos de tomada de decisão;
- c. Promoção da ética e da transparência.

Gestão de riscos mais eficaz:

- a. Identificação e mitigação de riscos;
- b. Prevenção de fraudes e erros;
- c. Proteção do patrimônio público.

Justificativa da inexigibilidade de Licitação:

A contratação da inscrição dos Vereadores no Evento se configura como um caso de inviabilidade de competição, conforme os seguintes argumentos:

Natureza do Serviço:

a) Conteúdo Específico e Inovador:

Notória Especialização da Empresa:

- a) Reconhecimento no Mercado
- b) Qualificação dos Palestrantes

Demonstração da Conformidade com os Requisitos Legais:

A presente justificativa demonstra que a contratação do Evento está em plena conformidade com os requisitos legais previstos no art. 74, inciso III, alínea f da Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), conforme segue:

- a) Inexistência de Empresas em Condições de Competir: A natureza singular do serviço e a notória especialização da empresa inviabilizam a realização de licitação.
- b) Vantagem para a Administração Pública: A contratação do curso proporcionará diversos benefícios para a Administração Pública, como modernização da controladoria interna, maior eficiência e





FROÁ

CGC: 13.070,016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

economicidade na gestão pública, melhora da transparência e da prestação de contas e qualificação dos servidores.

c) Regularidade Formal: A presente justificativa apresenta todos os elementos e informações necessários para comprovar a inviabilidade de licitação e a vantajosidade da contratação das inscrições.

Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração

A despesa para contratação em comento encontra-se prevista e alinhada com o PPA, LDO e a LOA, do Poder Legislativo de Taperoá, para o exercício de 2024.

O Plano Anual de Contratações da Câmara Municipal de Taperoá ainda não se encontra publicado, mas a contratação pretendida está alinhada com o plano plurianual do Poder Legislativo, que inclui objetivos específicos de aprimoramento de projetos e medidas para a promoção da sustentabilidade ambiental e adoção de soluções inovadoras para o desenvolvimento inteligente da cidade.

A participação no Congresso de Gestores e Legislativos - UVB 60 ANOS - de 26 A 29 de novembro em Brasília/DF se configura como uma ação de grande relevância para o interesse público. Faz necessária para atender a demanda da Câmara Municipal por se fazer presente e representada pelo seu Presidente no evento de âmbito nacional para aperfeiçoamento dos Parlamentares Municipalistas.

Requisitos da contratação

Requisitos Mínimos de Qualidade

Credenciamento do curso

A instituição deve apresentar eventos bem-sucedidos, com alta taxa de aprovação dos participantes.

Conteúdo Programático e Programação do curso:

A programação do Evento está descrita no Folder anexo.

Justificativa da inexigibilidade

A inexigibilidade se fundamenta na natureza predominantemente intelectual dos serviços a serem contratados, exigindo profissionais ou empresas de notória especialização em treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, conforme previsto no art. 74, inciso III, alínea "f, da Lei nº 14.133/21.

Pois bem, resta evidenciada que a solução mais adequada é a Inexigibilidade de Licitação do art. 74, inciso III, alínea T da Lei nº 14.133/2021 para a contratação da Empresa PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS, CNPJ Nº 18.336.780/0001-00, para viabilizar as 05(cinco) inscrições para participação do Congresso de Gestores e Legislativos - UVB 60 ANOS - de 26 A 29 de novembro em Brasília/DF.

Modalidade Inexigibilidade de Licitação



CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa(agmail.com

A Modalidade é a inexigibilidade de licitação.

Inexigibilidade de Licitação por Notória Especialização:

A inexigibilidade de licitação se justifica pela notória especialização da empresa na área de capacitação e treinamento de servidores públicos, conforme disposto no art. 74, inciso III, alínea "f da Lei nº 14.133/2021.

Conclusão

A inexigibilidade de licitação é a modalidade mais adequada para a contratação.

A empresa organizadora do Evento possui notória especialização na área

Recomenda-se a formalização da contratação por meio de inexigibilidade de licitação, com á devida documentação e justificativa legal.

Definição do método para estimativas de preços ou dos meios de previsão de preços referenciais

Os preços praticados pela empresa estão dentro dos parâmetros de mercado

Descrição da solução como um todo

A solução proposta é composta por um conjunto integrado de elementos, bens, serviços e outros recursos, que se subdividem nas seguintes categorias principais:

Abordagem Metodológica Inovadora e Interativa

Justificativa da Inexigibilidade de Licitação

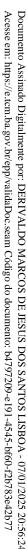
A inexigibilidade de licitação para a contratação da PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS, CNPJ Nº 18.336.780/0001-00, se justifica pelos seguintes motivos:

Enquadramento Legal:

A presente justificativa fundamenta a inexigibilidade de licitação para a contratação de 05(cinco) inscrições para participação do Congresso de Gestores e Legislativos - UVB 60 ANOS - de 26 A 29 de novembro em Brasília/DF, com base no art. 74, inciso III, alínea f da Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Demonstração da Inviabilidade de Competição:

A contratação do curso se configura como um caso de inviabilidade de competição, conforme os seguintes argumentos:





CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

1. Natureza Intelectual dos Serviços

2.Notória Especialização da PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS, CNPJ Nº 18.336.780/0001-00

Justificativas para o parcelamento ou não da solução, quando necessária para a individualização do objeto.

No presente caso, não há possibilidade de parcelamento do objeto, por se tratar de contratação de serviços de capacitação/treinamento, mediante a participação de 05(cinco) vereadores no Congresso de Gestores e Legislativos - UVB 60 ANOS — de 26 A 29 de novembro em Brasília/DF, sendo que a prestação de serviços será realizada por profissionais especializados que atuam em empresa que é referência de qualidade no mercado na área de capacitação.

Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis

A presente análise demonstra os resultados esperados em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis na organização Congresso de Gestores e Legislativos - UVB 60 ANOS - de 26 A 29 de novembro em Brasília/DF.

Declaração da viabilidade ou não da contratação

A contratação não está relacionada à incidência de impactos ambientais.

Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável

A contratação não está relacionada a incidência de impactos ambientais

Critérios e práticas de sustentabilidade

Não se aplicam.

Taperoá /Ba, 04 de novembro de 2024.

JOCIARA DOS SANTOS DE JESUS DIRETORA



CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

TERMO DE REFERÊNCIA - LE114.133/21 CONTRATAÇÃO DIRETA Processo Administrativo N° 33/2024

- 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6°, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021).
- **1.1** CONTRATAÇÃO DE 05(CINCO) INSCRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO CONGRESSO DE GESTORESE LEGISLATIVOS UVB 60 ANOS DE 26 A 29 DE NOVEMBRO EM BRASÍLIA/DF nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUAN. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL | |
|------|--|-------------------------|-------|-------------------|--------------|--|
| 01 | PAGAMENTO INSCRIÇÃO EVENTOS. 05(CINCO) INSCRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO CONGRESSO DE GESTORESE LEGISLATIVOS - UVB 60 ANOS - DE 26 A 29 DE NOVEMBRO EM BRASÍLIA/DF | UND | 05 | R\$ 747,00 | R\$ 3.735,00 | |

- O servico é técnico especializado e n\u00e3o é enquadrado como continuado.
- **1.2**. A estimativa de preços foi precedida de regular pesquisa, nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133/21 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.
- 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).
- 2.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6°, inciso XXIII, alínea c)
- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art 6° XXIII, alínea d' da Lei n° 14.133/21)
- 4.1 A Contratada fica obrigada a garantir que os serviços objeto do contrato sejam realizados pessoal e



CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

diretamente pela por um responsável técnico a ser indicado, sem possibilidade de subcontratação, conforme disposto no art. 72 e art. 74, inciso III, alínea f e §3° da Lei nº 14.133/2021.

- 4.2 Não será admitida a subcontratação total do objeto contratual.
- 4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.
- 4.2.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.3 A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto
- 4.3.1 O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e Juntada aos autos do processo correspondente
- 4.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comerciai, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6°. XXIII, alínea "e" da Lei n. 14.133/2021
- 5.1. O prazo de execução dos serviços será conforme cronograma descrito no Folder, nos dias 26 A 29 DE NOVEMBRO EM BRASILIA/DF com intervalos para cafezinho e almoço.
- 5.2. Os serviços serão prestados no endereço descrito no Folder.
- 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6°, XXIII, alínea "f" da Lei n° 14.133/21)
- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, e acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- 6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).



CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

- 6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 6.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 6.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 6.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 6.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2°).
- 6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31°).
- 6.9 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31°).
- 6.10 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 6.11 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. DO RECEBIMENTO

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, em até 05 (cinco) dias contados da emissão do Relatório de Atividades, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.



CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com



- 7.1.1 No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 7.1.1.1 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo sercorrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem

prejuízo da aplicação das penalidades.

- 7.3 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada, pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade i do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 7.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Relatório de Atividades apresentado.
- 7.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6°, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, III alínea "f" da Lei n.º 14.133/2021.
- 8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)
- 8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções



CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- 8.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 8.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.12 <u>Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de</u> habilitação:

8.13 Habilitação Jurídica:

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou
- b) Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual -CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; ou
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil; ou



CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

- e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz; ou
- g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 8.16.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou*da consolidação respectiva.

8.14 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

- 8.14.1 prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); ou prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.14.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.14.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.14.4 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
- 8.14.5 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.14.6 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.15 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os beneficios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 8.15.1 A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.
- 8.16 prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.16.1 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.



Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei 9.1. Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
- 9.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I-UNIDADE: 01- CAMARA MUNICICPAL

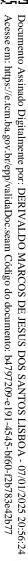
II-PROJETO/ATIVIDADE: 2.001- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS

DA CÂMARA MUNICIPAL

III-ELEMENTO E DESPESA: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

IV-FONTE DE RECURSOS: 15000000- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

DIRETORA





CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 33/2024

COMUNICAÇÃO INTERNA

Ilma Sra Joselina da Silva Nascimento Agente de Contratação

Venho, através do presente expediente, solicitar que a documentação recepcionada da Pessoa Jurídica que se pretende contratar seja analisada sob os aspectos, amplos da Lei nº 14.133/2021 com vistas aferir a efetiva viabilidade da CONTRATAÇÃO DE 05(CINCO) INSCRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO CONGRESSO DE GESTORESE LEGISLATIVOS - UVB 60 ANOS - DE 26 A 29 DE NOVEMBRO EM BRASÍLIA/DF, conforme legislação especifica em vigor.

Outrossim, solicito que remeta o processo para a Assessoria Jurídica da Câmara Municipal, após a . estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Atenciosamente

Taperoá/Ba, 04 de novembro de 2024.

DERIVALDO MÁRCOS DE JESUS DOS SANTOS LISBOA





CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa(agmail.com

COMUNICAÇÃO INTERNA

Ilmº. Sr. Cristiano da Silva Almeida CRC/BA n° 023540/O-2 BA. Responsável Técnico pelo Financeiro

Em virtude da necessidade de contratar 05(CINCO) INSCRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO CONGRESSO DE GESTORESE LEGISLATIVOS - UVB 60 ANOS - DE 26 A 29 DE NOVEMBRO EM BRASÍLIA/DF, solicito providências no sentido de verificar, a existência de recurso(s) orçamentário(s) e certificá-lo(s) para fazer face à despesa informada no Documento de Formalização de Demanda e demais documentos que instruem este Processo Administrativo.

Atenciosamente,

Taperoá/Ba, 04 de novembro de 2024.

DERIVALDO MARCOS DE JESUS DOS SANTOS LISBOA



CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

PARECER FINANCEIRO/CONTÁBIL

Exmº. Sr. DERIVALDO MARCOS DE JESUS DOS SANTOS LISBOA

Presidente da Câmara Municipal

Em atenção à solicitação efetuada por Vossa Excelência referente à necessidade da CONTRATAÇÃO DE 05(CINCO) INSCRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO CONGRESSO DE GESTORESE LEGISLATIVOS - UVB 60 ANOS - DE 26 A 29 DE NOVEMBRO EM BRASÍLIA/DF, prestamos as seguintes informações sobre a previsão de recursos e saldos orçamentários para assegurar o pagamento das despesas decorrentes:

(x) Há recursos orçamentário para o pagamento das obrigações, conforme dotação abaixo especificada:

| UNIDADE | 01- CAMARA MUNICICPAL | | | |
|------------------------------|--|--|--|--|
| PROJETO /ATIVIDADE | 2.001- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL | | | |
| ELEMENTO DE DESPESA | 3.3.9.0.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS –PJ | | | |
| FONTE DE RECURSOS | 15000000- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | | | |
| VALOR ESTIMADO/ RESERVADO | VALOR GLOBAL R\$ 3.735,00 | | | |

| 1 | 1 A | 1~ | 1. 1 | | Control of the Contro | No. of the last of | | | A Company of the Company | |
|---|-----|------|------|-----------|--|--|-----------|--------|--------------------------|-------------|
| | 1 1 | ปลก | na | ractirene | orcamentár | TIME DATE | nagamente | 2000 | doctococ | colinitadas |
| | , , | vau. | Ha | 10001303 | UlCallicital | IUS Dale | Dauamenn | 1 (105 | いせいいせいべつ | SURGRADAS |

Despesas Extra-orçamentárias.

Atenciosamente.

Taperoá/Ba, 05 de novembro de 2024.

Cristiano da Silva Almeida CRC/BA nº 023540/O-2 BA





CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

COMUNICAÇÃO INTERNA

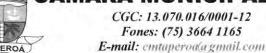
Ilmº Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Taperoá

Em virtude da necessidade de contratar 05(CINCO) INSCRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO CONGRESSO DE GESTORESE LEGISLATIVOS - UVB 60 ANOS - DE 26 A 29 DE NOVEMBRO EM BRASÍLIA/DF, solicito que seja previamente examinado o. Processo Administrativo em epígrafé e emitido Parecer conclusivo assegurando o atendimento ás disposições legais vigentes e lisura administrativa

Atenciosamente,

Taperoá/Ba, 04 de novembro de 2024.

DERIVALDO MARCOS DE JESUS DOS SANTOS LISBOA





CONSULTORIA JURÍDICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/2024.

INEXIGIBILIDADE Nº 04/2024.

INTERESSADO: Câmara de Taperoá.

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE 05(CINCO) INSCRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO CONGRESSO DE GESTORESE LEGISLATIVOS - UVB 60 ANOS — DE 26 A 29 DE NOVEMBRO EM BRASÍLIA/DF.

EMENTA: Direito administrativo. Inexigibilidade de licitação. Contratação Direta. Possibilidade jurídica. Recomendações necessárias: Art. 74, inciso III, f), da Lei nº 14.133/21.

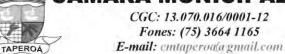
I. RELATÓRIO

Trata-se de análise de contratação direta mediante situação fática que enseja o reconhecimento de inexigibilidade de licitação da entidade UNIÃO DOS VEREADORES DO BRASIL, inscrita no CNPJ: 83.594.978/0001-56,, objetivando a contratação de 05(cinco) inscrições para participação do Congresso de Gestores Legislativos - UVB 60 anos — de 26 a 29 de novembro em Brasília/DF.

Instruem o presente processo, dentre outros, os seguintes documentos:

- a) Oficio solicitando a contratação do serviço especializado;
- b) Parecer da Presidente da COPEL;
- c) Documento, exarado pelo Departamento Contábil, informando a dotação orçamentária.
- d) Comprovações de valor praticado no mercado;
- e) Qualificação técnica;

Ato contínuo foram os autos remetidos a esta Consultoria Jurídica para análise do procedimento de contratação direta em questão.





II. FUNDAMENTAÇÃO

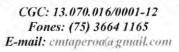
Saliente-se, que incumbe, a esta Consultoria, prestar assessoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito de Gestão, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

A contratação direta, sob a modalidade de inexigibilidade de licitação, impõe a observância de diversos requisitos de ordem formal, em razão da rigidez imposta à Administração pelo legislador.

Assim, a contratação direta afigura-se como excepcionalidade e, nessa condição, deve atender às exigências legais para sua autorização.

Assim, leciona o ilustre Professor Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª edição, Editora Dialética; 2001, pág. 298) in verbis:

"a Administração tem que justificar não apenas a presença dos pressupostos processuais da ausência de licitação. Deve indicar, ademais, o fundamento da escolha de um determinado contratante e de específica uma proposta. A Lei quer evitar a fraudulenta invocação de dispositivos legais autorizadores de contratação direta. Deverá ser comprovada e documentada a presença dos requisitos legais que autorizam a contratação direta. Estão excluídas, basicamente, as contratações de pequeno valor nas quais a publicidade é postergada pelos mesmos fundamentos que conduziram à dispensa de Licitação. Como regra, toda contratação direta deverá ser antecedida de um procedimento no qual estejam documentadas as ocorrências relevantes. Atinge-sLe essa conclusão pela necessidade de documentação dos atos administrativos e pela natureza não discricionária de todas as hipóteses de contratação direta".





Acrescente ainda que:

"Deverão ser adotadas as formalidades previstas no art. 26, que envolvem, basicamente, a documentação acerca do preenchimento dos requisitos legais que autorizaram a contratação. Deverá instaurar-se procedimento administrativo, ao qual serão juntados os documentos referentes ao cumprimento de todas as etapas e formalidades acima indicadas, inclusive no tocante ao preço adotado"

Em igual sentido, posiciona-se o eminente Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União - TCU, Prof. Lucas Rocha Furtado, in verbis:

"Lembramos que a Lei de Licitações exige que o administrador sempre justifique a contratação sem licitação. Essa obrigação de motivar qualquer contratação direta está prevista no art. 26".

Contudo, antes de se declarar que a contratação dar-se-á por inexigibilidade, é necessário realizar a exata delimitação do objeto pretendido pela Administração e a análise das soluções disponíveis para atender à demanda apresentada pelo Poder Público, até mesmo como forma de comprovar a existência da situação fática que requer a contratação direta. Nesse sentido, os ensinamentos de Jacoby Fernandes:

"Antes da decisão de licitar ou declarar a inexigibilidade art. 25, inc. I, da Lei n. 8.666/93 ¿ e da própria aquisição, os órgãos da Administração devem providenciar a descrição do objeto pretendido com sua adequada caracterização e de todos os respectivos atributos."

Quanto ao objeto da contratação, não há irregularidade nenhuma na pretensão do Poder Legislativo em contratar serviço técnico profissional especializado na área de formação de Agente de Contratação e especialização na Nova Lei de Licitações e Contratos, a fim de qualificar servidor da Casa.

Com efeito, entende-se que a melhor fundamentação para a presente contratação encontra-se no inciso III do art. 74 da Lei 14.133/21, que dispõe que é inexigível a licitação para a





contratação de serviços técnicos, de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, abaixo transcrito:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal"

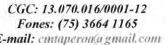
Pela análise da proposta apresentada pela empresa, é possível concluir que os serviços podem ser enquadrados no disposto no inciso III, f) do art. 74. Verifica-se inegável prestação de serviço de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal por parte de profissionais especializados.

Resta assentado, portanto, que a presente contratação será fundamentada no inciso III do art. 74 da Lei 14.133/21.

A contratação por inexigibilidade de licitação de serviços técnicos especializados, de acordo com o que reza o art. 74, inciso III, demonstrar a inviabilidade da competição, enquadrandose dentre os serviços listados na alínea f) da mesma Lei. Devem ainda ser de natureza singular e prestados por profissionais ou empresas de notória especialização.

Acerca da exigência relativa à notória especialização, deve ser esclarecido que esse aspecto não é uma causa de configuração de inexigibilidade de licitação, conforme ensina Marçal Justen Filho. Pelo contrário, a inexigibilidade decorre da inviabilidade de licitação, cuja comprovação já foi amplamente demonstrada no caso concreto.

De acordo com o autor mencionado, a especialização consiste na titularidade objetiva que distingue o prestador dos serviços, atribuindo-lhe maior habilitação do que a normalmente existente na área em que exerce atividade.



E-mail: cintaperoa(a gmail.com

Com efeito, o profissional contratado prestou serviços, com ótimas referências, de sorte que tal desempenho anterior lhe credencia a notória especialização, diferentemente do conceito subjetivo que se possa atribuir ao termo. Sendo assim, verifica-se que reside nos autos prova

de sua notória capacitação profissional.

Considerando que as hipóteses indicadas no art. 74 da Lei de Licitações não são exaustivas, como ensina Lucas Rocha Furtado, pois há inúmeras situações de inexigibilidade, cujas exigências dos diversos incisos são parcialmente atendidas, firmou-se o entendimento, tanto doutrinário quanto jurisprudencial no TCU, no sentido de que sempre que houver inviabilidade de competição, e isso seja devidamente demonstrado e comprovado, estará

autorizada a contratação direta, em face de sua inexigibilidade.

De outro lado, a Administração informa que há disponibilidade orçamentária para fazer frente à despesa que será empreendida, conforme informação do Serviço de Execução Orçamentária e Financeira.

III.CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, conclui-se que, sob o aspecto jurídico-formal, o procedimento e a futura contração estão aptos à produção dos efeitos almejados, desde que sejam observadas as

recomendações feitas no presente parecer.

É como se opina, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise jurídica desta Consultoria.

É O PARECER QUE SUBMETEMOS À CONSIDERAÇÃO SUPERIOR, em 05 de novembro de 2024.

Atenciosamente,

Consultor Jurídico



CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/2024

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE 05(CINCO) INSCRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO CONGRESSO DE GESTORESE LEGISLATIVOS - UVB 60 ANOS - DE 26 A 29 DE NOVEMBRO EM BRASÍLIA/DF.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

I- RELATÓRIO

O Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou desta Comissão a formalização de processo administrativo visando a CONTRATAÇÃO DE 05(CINCO) INSCRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO CONGRESSO DE GESTORESE LEGISLATIVOS - UVB 60 ANOS - DE 26 A 29 DE NOVEMBRO EM BRASÍLIA/DF, encaminhada pela Srª JOCIARA DOS SANTOS DE JESUS, Diretora.

Foi solicitada a documentação e bem como foi efetuada a pesquisa de preços, especificamente exigindo-se do proponente remessa de prova de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração.

Foi juntado aos presentes autos, documentos relativos a regularidade fiscal, social e trabalhista.

II-MANIFESTAÇÃO

A contratação do objeto que trata a presente solicitação, poderá ser realizada mediante procedimento de inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo 74, inciso III, alínea "f da Lei Federal nº 14.133/21.

A presente contratação será firmada entre a Câmara Municipal de Taperoá e a Empresa, PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS , CNPJ Nº 18.336.780/0001-00, empresa de notória experiência, detentora de atestados de capacidade técnica comprovada e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Sirvo-me do presente para justificar a autorização para realizar a contratação direta de serviços por Inexigibilidade de Licitação com fulcro no Artigo 74, inciso III, alínea "f da Lei Federal nº 14.133/21.

Com base no Artigo 74, inciso III, alínea "f da Lei Federal nº 14.133/21, solicitamos a V. Exa, o reconhecimento da.situação de inexigibilidade de licitação, objetivando a contratação direta com a Empresa, PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS, CNPJ Nº 18.336.780/0001-00.

Razão de Escolha do Prestador dos Serviço

A razão da escolha da Empresa **PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS**, **CNPJ Nº 18.336.780/0001-00**, comprovado mediante da notória experiência, detentora de atestados de capacidade técnica comprovada e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.





CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

Comprovação de que o proponente preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária

Em estrita observância ao disposto nos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021 foi solicitado ao pretenso contratado que encaminhasse um rol de documentos necessários a demonstração de sua regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista.

Justificativas e compatibilidade de Preços dos Serviços no mercado

Como se vê o contratado fez prova de que os valores propostos estão compatíveis valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração.

A contratação em referência foi precedida de pesquisa de preços no mercado, com vista a cumprir aos preceitos constitucionais e infraconstitucionais, em especial aos da economicidade e da razoabilidade, instrumento balizador para a gestão, conforme pesquisa de preços que consta destes autos para a comprovação da compatibilidade do preço do mercado.

Pelo exposto, com fulcro no 74, inciso III, alínea "f da Lei Federal nº 14.133/21, esta comissão reconhece ser inexigível licitação para contratação do objeto deste Processo Administrativo junto a Empresa UNIÃO DOS VEREADORES DO BRASIL, CNPJ Nº 83.594.978/0001-56.

Taperoá/Ba, 05 de novembro de 2024.

Joselina da Silva Nascimento Agente de Contratação

Leonice Batista dos Santos Equipe de apoio

Jociara dos Santos de Jesus Equipe de apoio

CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com



ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/2024

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2024

Pelo presente ato, conforme o Processo Administrativo em epigrafe, na forma do disposto na legislação vigente, especialmente no Art. 74, inc. III, alínea "f" e §3º da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, bem como, parecer jurídico favorável emitido pela Assessoria Jurídica da Presidência e deliberação favorável da Comissão de Contratação de 05(cinco) inscrições para participação do Congresso de Gestores e Legislativos - UVB 60 ANOS - de 26 A 29 de novembro em Brasília/DF, junto a empresa, PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS, CNPJ Nº 18.336.780/0001-00.

Taperoá/Ba, 05 de novembro de 2024.

DERIVALDO MARCOS DE JESUS DOS SANTOS LISBOA

Câmara Municipal de Taperoá - Bahia



Terça-feira, 05 de Novembro de 2024 - Pag.3 - Ano XII © Ocumento Assinado Digitalmente por: DERIVALDO MARCOS DE JESUS DOS SANTOS LISBOA - 07/01/2025 20:56:24 Cesse em: https://e.tcm.ba.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: b4797209-e191-4545-bf60-f2b783e42b77

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 33/2024

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2024

Pelo presente ato, conforme o Processo Administrativo em epigrafe, na forma do disposto na legislação vigente, especialmente no Art. 74, inc. III, alínea "f" e §3º da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, bem como, parecer jurídico favorável emitido pela Assessoria Jurídica da Presidência e deliberação favorável da Comissão de Contratação de 05(cinco) inscrições para participação do Congresso de Gestores e Legislativos - UVB 60 ANOS - de 26 A 29 de novembro em Brasília/DF, junto a empresa, PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS, CNPJ Nº 18.336.780/0001-00.

Taperoá/Ba, 05 de novembro de 2024.

DERIVALDO MARCOS DE JESUS DOS SANTOS LISBOA Presidente da Câmara





CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/2024

INEXIGIBILIDADE Nº 004/2024

ASSUNTO: Contratação de 05(cinco) inscrições para participação do Congresso de Gestorese Legislativos - UVB 60 ANOS - de 26 A 29 de novembro em Brasília/DF.

RELATÓRIO

Exma Sra DERIVALDO MARCOS DE JESUS DOS SANTOS LISBOA

Informo-lhe que foi encaminhada ao Senhor Presidente do Legislativo Municipal, Documento de Formalização de Demanda, oriunda do Gabinete da Presidência contendo a solicitação e/ou requisição do material/serviço com a descrição clara e suficiente do objeto da contratação, identificação do recurso próprio para fazer face à despesa.

Constou no processo a autorização do ordenador de despesa para abertura do processo.

Está nos autos as propostas de preços obtidas entre empresas do ramo e potenciais fornecedores e estas apontam para a possibilidade de enquadramento da despesa nos limites previstos no Artigo 74, inciso III, alínea "f" da Lei Federal nº 14.133/21.

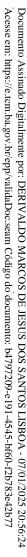
Foi obtido o parecer jurídico.

Consta ratificação de hipótese de inexigibilidade de licitação arrimada no Artigo 74, inciso III, alínea "f" da Lei Federal n° 14.133/21, pelo que autuo este processo interno sob 0 n° INEXIGIBILIDADE, N° 004/2024.

Assim para constar este agente de contratação, faz o presente registro e autuação.

Taperoá/Ba, 05 de novembro de 2024.

Joselina da Silva Nascimento Agente de Contratação





CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 33/2024

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2024

Pelo presente ato, conforme o Processo Administrativo em epigrafe, na forma do disposto na legislação vigente, especialmente no artigo 74, inciso III, alínea "f da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, bem como, parecer jurídico favorável emitido pela Assessoria Jurídica da Presidência e deliberação favorável da Comissão de Contratação de 05(cinco) inscrições para participação do Congresso de Gestorese Legislativos - UVB 60 ANOS - de 26 A 29 de novembro em Brasília/DF, junto a empresa, PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS, CNPJ Nº 18.336.780/0001-00.

Taperoá/Ba, 05 de novembro de 2024.

DERIVALDO MARCOS DE JESUS DOS SANTOS LISBOA

Câmara Municipal de Taperoá - Bahia



Spocumento Assinado Digitalmente por: DERIVALDO MARCOS DE JESUS DOS SANTOS LISBOA - 07/01/2025 20:56:24 e. Acesse em: https://e.tcm.ba.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: b4797209-e191-4545-bf60-f2b783e42b77 Terça-feira, 05 de Novembro de 2024 - Pag.3 - Ano XII

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/2024

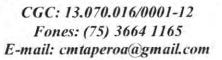
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2024

Pelo presente ato, conforme o Processo Administrativo em epigrafe, na forma do disposto na legislação vigente, especialmente no Art. 74, inc. III, alínea "f" e §3º da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, bem como, parecer jurídico favorável emitido pela Assessoria Jurídica da Presidência e deliberação favorável da Comissão de Contratação de 05(cinco) inscrições para participação do Congresso de Gestores e Legislativos - UVB 60 ANOS - de 26 A 29 de novembro em Brasília/DF, junto a empresa, PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS , CNPJ № 18.336.780/0001-00.

Taperoá/Ba, 05 de novembro de 2024.

DERIVALDO MARCOS DE JESUS DOS SANTOS LISBOA Presidente da Câmara





TAPEROA



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33 /2024

AUTORIZAÇÃO / ADJUDICAÇÃO / HOMOLOGAÇÃO

Diante das informações e dos documentos existentes no processo administrativo em epígrafe, AUTORIZO (adjudico e homologo) o resultado da INEXIGIBILIDADE Nº 004/2024, na forma do disposto na legislação vigente, especialmente no Art. 74, inc. III, alínea "f" e §3º da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, bem como, parecer jurídico favorável emitido pela Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Taperoá e deliberação favorável do Agente de Contratação pelo reconhecimento da hipótese de inexigibilidade para Contratação de 05(cinco) inscrições para participação do Congresso de Gestores e Legislativos - UVB 60 ANOS – de 26 A 29 de novembro em Brasília/DF, conforme Termo de Referência e Proposta de Preços, junto a empresa PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS, CNPJ Nº 18.336.780/0001-00, conforme regras previstas em Termo de Referência e Proposta Contratada, pelo valor contratado de R\$ 3.735,00 (TRÊS MIL SETECENTOS E TRINTA E CINCO REAIS).

Registre-se, cumpra-se, publique-se, emita-se a Nota de Empenho e lavre-se o Contrato, caso não possa ser substituído por outro instrumento.

Disponibilize-se este ato e os outros exigidos pela legislação no Portal da Transparência desta Câmara.

Taperoá/Ba, 05 de novembro de 2024.

DERIVALDO MARCOS DE JESUS DOS SANTOS LISBOA

Câmara Municipal de Taperoá - Bahia



cesse em: https://e.tcm.ba.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: b4797209-e191-4545-bf60-f2b783e42b77,

Terça-feira, 05 de Novembro de 2024 - Pag.2 - Ano XII -Jocumento Assinado Digitalmente por: DERIVALDO MARCOS DE JESUS DOS SANTOS LISBOA - 07/01/2025 20:56:24

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÀ

CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33 /2024

AUTORIZAÇÃO / ADJUDICAÇÃO / HOMOLOGAÇÃO

Diante das informações e dos documentos existentes no processo administrativo em epígrafe, AUTORIZO (adjudico e homologo) o resultado da INEXIGIBILIDADE Nº 004/2024, na forma do disposto na legislação vigente, especialmente no Art. 74, inc. III, alínea "f" e §3º da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, bem como, parecer jurídico favorável emitido pela Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Taperoá e deliberação favorável do Agente de Contratação pelo reconhecimento da hipótese de inexigibilidade para Contratação de 05(cinco) inscrições para participação do Congresso de Gestores e Legislativos - UVB 60 ANOS - de 26 A 29 de novembro em Brasília/DF, conforme Termo de Referência e Proposta de Preços, junto a empresa PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS, CNPJ Nº 18.336.780/0001-00, conforme regras previstas em Termo de Referência e Proposta Contratada, pelo valor contratado de R\$ 3.735,00 (TRÊS MIL SETECENTOS E TRINTA E CINCO REAIS).

Registre-se, cumpra-se, publique-se, emita-se a Nota de Empenho e lavre-se o Contrato, caso não possa ser substituído por outro instrumento.

Disponibilize-se este ato e os outros exigidos pela legislação no Portal da Transparência desta Câmara.

Taperoá/Ba, 05 de novembro de 2024.

DERIVALDO MARCOS DE JESUS DOS SANTOS LISBOA Presidente da Câmara





CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

EXTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVONº 33/2024; INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2024; FUNDAMENTO LEGAL; LICITAÇÃO INEXIGÍVEL, ARTIGO 74, INCISO III, ALÍNEA "F DA LEI CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ: 14.133/21; Nº **PLENARIA** ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS. CNPJ N° CONTRATADA: 18.336.780/0001-00: OBJETO: CONTRATAÇÃO DE 05(CINCO) INSCRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO CONGRESSO DE GESTORESE LEGISLATIVOS - UVB 60 ANOS - DE 26 A 29 DE NOVEMBRO EM BRASÍLIA/DF; VALOR GLOBAL:R\$ 3.735,00 (TRÊS MIL SETECENTOS E TRINTA E CINCO REAIS); DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: I-UNIDADE: 01-CAMARA MUNICICPAL II- PROJETO/ATIVIDADE: 2.001- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL III-ELEMENTO E DESPESA: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA IV-FONTE DE RECURSOS: 15000000- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS; PRESIDENTE DA CÂMARA . DERIVALDO MARCOS DE JESUS DOS SANTOS LISBOA.





Câmara Municipal de Taperoá - Bahia



Terça-feira, 05 de Novembro de 2024 - Pag.4 - Ano XII - NS

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

CGC: 13.070.016/0001-12 Fones: (75) 3664 1165 E-mail: cmtaperoa@gmail.com

EXTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/2024; **INEXIGIBILIDADE** LICITAÇÃO Nº 004/2024; FUNDAMENTO LEGAL; LICITAÇÃO INEXIGÍVEL, ART. 74, INC. III, ALÍNEA "F" E §3º DA LEI Nº 14.133/21 E SUAS ALTERAÇÕES; CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ; CONTRATADA: PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS, CNPJ CONTRATAÇÃO OBJETO: 18.336.780/0001-00; DE 05(CINCO) INSCRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO CONGRESSO DE GESTORESE DE 26 A 29 DE NOVEMBRO EM LEGISLATIVOS - UVB 60 ANOS -BRASÍLIA/DF; VALOR GLOBAL:R\$ 3.735,00 (TRÊS MIL SETECENTOS E TRINTA E CINCO REAIS); DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: I-UNIDADE: 01-CAMARA MUNICICPAL II- PROJETO/ATIVIDADE: 2.001- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL ELEMENTO E DESPESA: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA IV-FONTE DE RECURSOS: 15000000-RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS: PRESIDENTE CÂMARA . DERIVALDO MARCOS DE JESUS DOS SANTOS LISBOA.

